



AUDIÇÃO | 11.^a COMISSÃO
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

22 DE JANEIRO DE 2019



REPÚBLICA
PORTUGUESA

AMBIENTE E DA
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

1. UM ANO DE RIO TEJO

2. PEDREIRAS EM SITUAÇÃO CRÍTICA

3. FUNDO AMBIENTAL



UM ANO DE RIO TEJO



REPÚBLICA
PORTUGUESA

AMBIENTE E DA
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

DENÚNCIA DE MANTO DE ESPUMA NO AÇUDE DE ABRANTES



24 de janeiro de 2018



17 de janeiro de 2019

O QUE FIZEMOS?

ASPIRAÇÃO DE LAMAS

Terminámos com sucesso, no passado dia 13 de outubro, mais uma etapa da intervenção de **limpeza do fundo do rio Tejo**, relativa aos trabalhos de recolha, transporte e encaminhamento das lamas a destino final adequado.

- Na fase preparatória, garantimos um **levantamento rigoroso da albufeira de Fratel e Belver**, com recurso a uma equipa de mergulhadores profissionais, tendo sido constatada a existência de lamas classificadas como resíduo não perigoso;
- Na etapa de aspiração das lamas, **tratámos um volume estimado de 94.000 m³ de água + lamas**, de forma exemplar e inovadora, **garantindo a integral impermeabilização do terreno utilizado**. Devolvemos ao rio a água que dele captamos, sem as lamas e a carga poluente associada, com percentagens de eficiência de remoção superiores a 90%. No caso do Oxigénio Dissolvido, os valores verificados no permeado foram sempre superiores aos verificados no rio Tejo;
- Na fase de desidratação das lamas, **realizámos análises semanais de monitorização e acompanhamento**, tendo sido garantidos valores elevados de sicidade - superiores ao que esperaríamos -, com médias consistentes superiores aos 30% recomendados. Além disso, constatou-se a reduzida percentagem de matéria volátil, o que indica a sua elevada estabilização;

O QUE FIZEMOS?

ASPIRAÇÃO DE LAMAS

- Na fase de encaminhamento das lamas, **transportámos, em condições adequadas, cerca de 2.500 toneladas**. Encaminhámos estas lamas para compostagem e para posterior aplicação na agricultura como corretivo orgânico, contribuindo para o aumento do teor de matéria orgânica nos solos, melhorando a sua estrutura, a capacidade de retenção de água e de troca catiónica no solo. Esta é uma operação privilegiada na hierarquia de gestão de resíduos, alinhada com os princípios de economia circular.

Demonstramos que Portugal dispõe de entidades com reconhecida capacidade técnica, capazes de construir soluções inovadoras para lidar, de forma eficaz e eficiente, com eventos de poluição.

O QUE FIZEMOS?



O QUE FIZEMOS?

OPERAÇÃO TEJO 2018

- Revimos já **43 licenças de descarga dos operadores localizados na bacia hidrográfica do rio Tejo**, incluindo as três unidades industriais de Vila Velha de Ródão. Estas novas licenças definem condições de descarga que consideram a necessidade dos operadores se adaptarem às consequências inevitáveis das alterações climáticas, em particular aos fenómenos de seca extrema e ao seu impacto na qualidade das massas de água;
- Realizámos mais de **17.000 análises** (pH, temperatura, oxigénio dissolvido, CQO, CBO5, Fósforo e Azoto — em sete pontos de monitorização: Perais, Ponte de Vila Velha de Ródão, Cais do Arneiro, Fratel, Belver, Abrantes e Constância);
- Instalámos de **2 analisadores automáticos em Perais e em Fratel**, aos quais acresce o amostrador da Celtejo (imposto pela APA, na revisão da licença de descarga daquela instalação). A informação sobre a qualidade da água, através do conhecimento dos parâmetros monitorizados em tempo real, possibilita à APA uma atuação mais célere e direcionada, em articulação com outras entidades com competências de fiscalização e inspeção em matéria ambiental.

O QUE FIZEMOS?

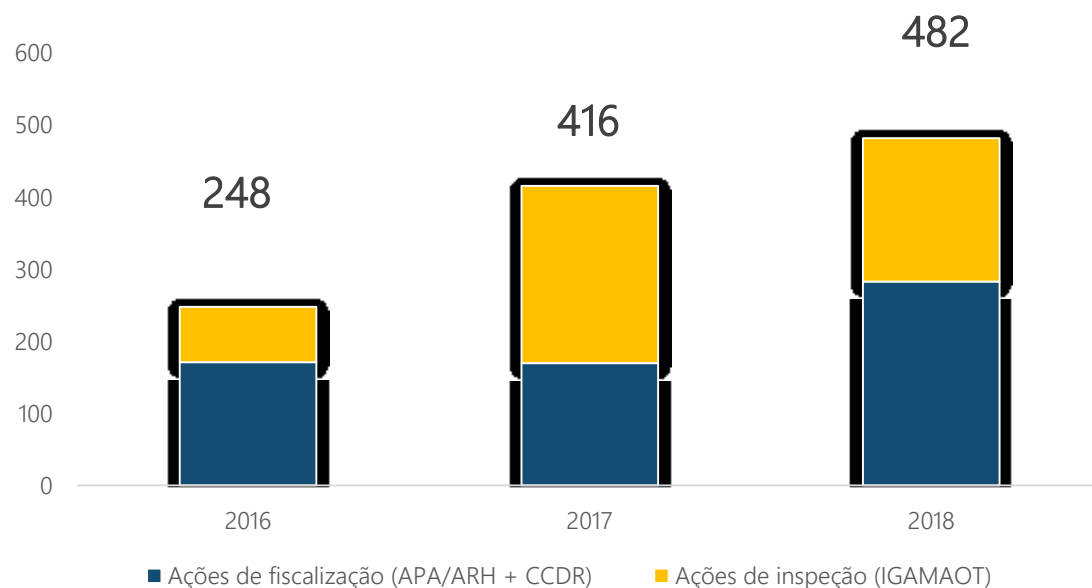
PLANO DE AÇÃO TEJO LIMPO

- Adquirimos **duas embarcações** que possibilitam que a APA efetue um acompanhamento de proximidade do rio Tejo;
- Lançámos o **concurso de recrutamento externo para 5 vigilantes da natureza** (antigos guarda-rios) que aguarda publicação em Diário da República;
- **Reforçamos a capacidade operacional da IGAMAOT**, através da aquisição de novos **equipamentos de amostragem e de comunicação encriptado** para inspeção e investigação criminal;
- Realizámos **ações de formação aos inspetores da IGAMAOT** sobre campanhas de amostragem e investigação de acidentes;

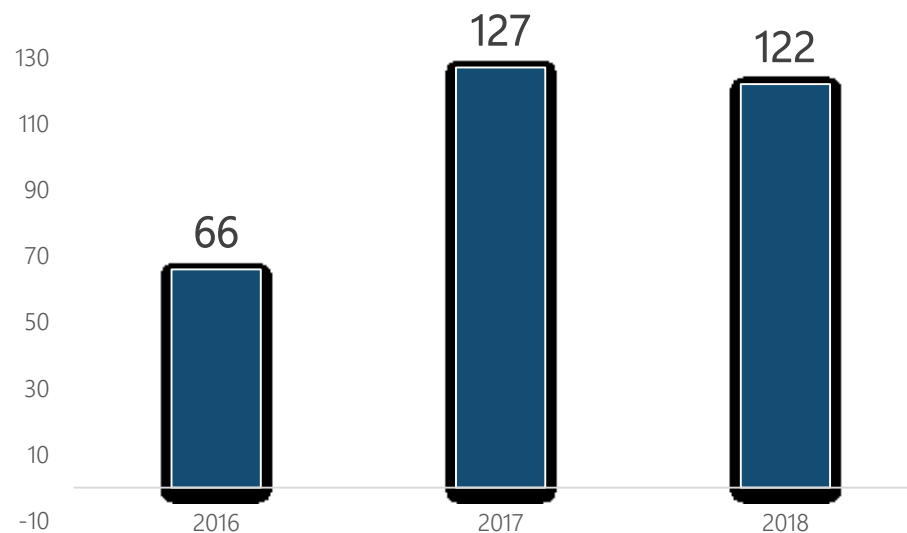
O QUE FIZEMOS?

Na bacia hidrográfica do Tejo, realizámos, em 2018, **482 ações de fiscalização e inspeção ambiental (+65% face a 2016)**, que conduziram à emissão de **122 autos de notícia**, numa ação coordenada entre a IGAMAOT, a APA, a CCDR Centro, a CCDR LVT e a CCDR Alentejo, no âmbito do Plano Nacional de Fiscalização e Inspeção Ambiental (PNFIA). Destes 122 autos notícias, **51 incidiram sobre a temática "Água"**.

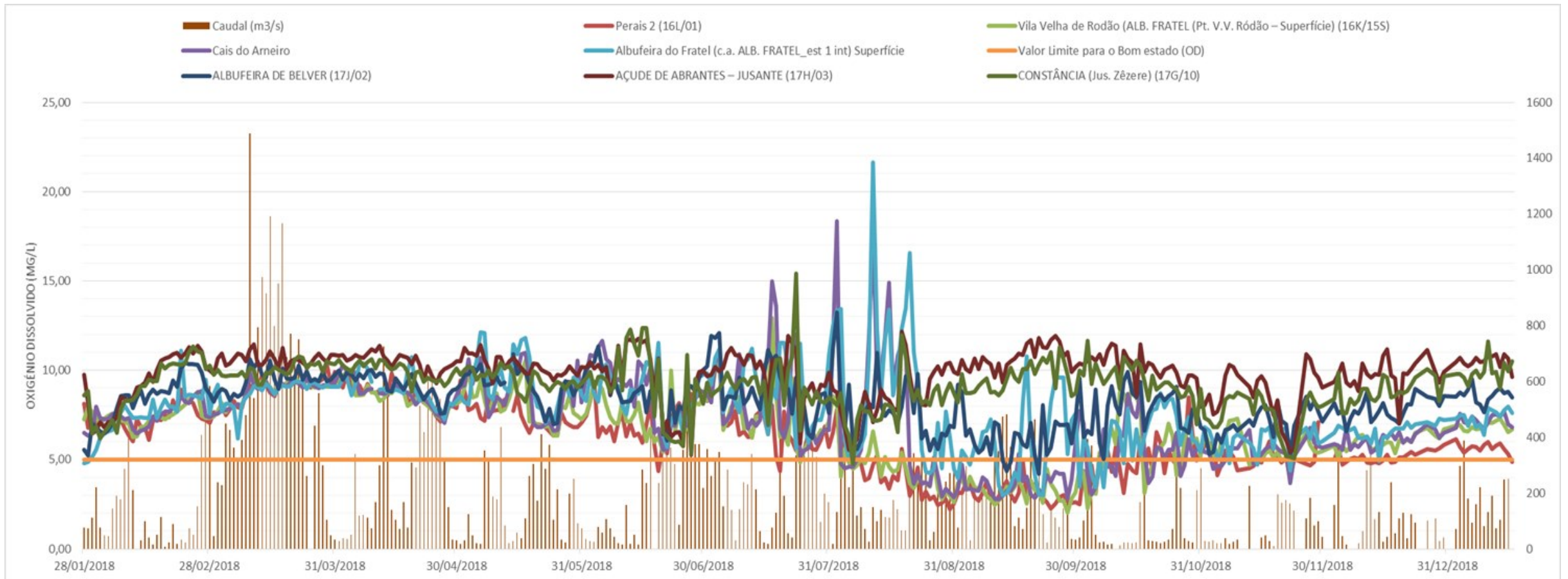
N.º de Ações de Fiscalização e Inspeção



Autos de notícia



COMO EVOLUIU A QUALIDADE DA ÁGUA?



REPÚBLICA
PORTUGUESA

AMBIENTE E DA
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

O QUE AINDA VAMOS FAZER?

- Criação da Plataforma Única de Gestão – lançamento do procedimento de contratação pública: 1.º T 2019;
- Aquisição de quatro analisadores automáticos (que acrescem aos 2 já instalados) e sondas multiparamétricas portáteis – lançamento do procedimento de contratação pública: 1.º T 2019;
- Aquisição de nove viaturas todo-o-terreno e uma ligeira (APA + IGAMAOT) – lançamento do procedimento de contratação pública: 1.º T 2019;
- Tratamento de imagens de satélite (conceito de vigilante digital) – lançamento do procedimento de contratação pública: 1.º S de 2019;
- Implementação de modelos matemáticos de gestão da bacia hidrográfica – lançamento do procedimento de contratação pública: 1.º S de 2019.



PLANO DE INTERVENÇÃO NAS PEDREIRAS EM SITUAÇÃO CRÍTICA



REPÚBLICA
PORTUGUESA

AMBIENTE E DA
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

ENQUADRAMENTO

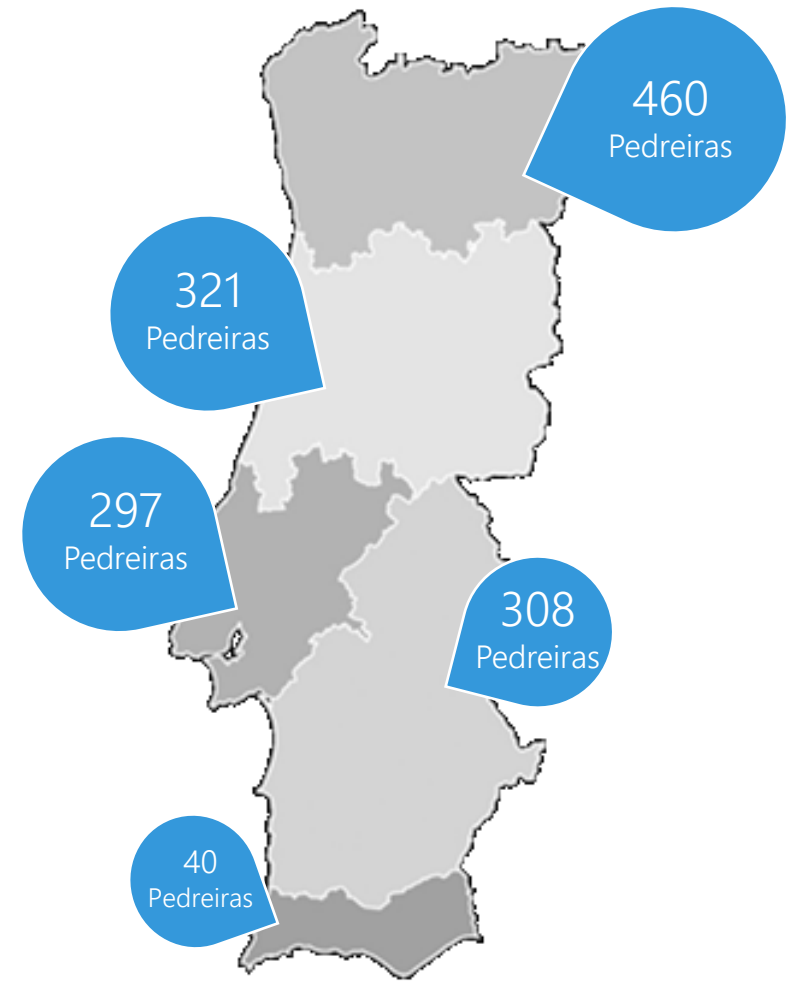
No passado dia 19 de novembro de 2018, ocorreu a derrocada de uma estrada entre duas pedreiras, no município de Borba, com consequências trágicas. Este acidente expôs, de forma evidente, a necessidade de apurar a situação real das pedreiras existentes em todo o território continental, a fim de permitir avaliar a necessidade de intervenção, tendo sempre como objetivo essencial a proteção de pessoas e bens e do ambiente.

Em Portugal, existem cerca de 2.500 pedreiras, das quais 57% são de classe 1 ou 2 e 43% são de classe 3 ou 4.

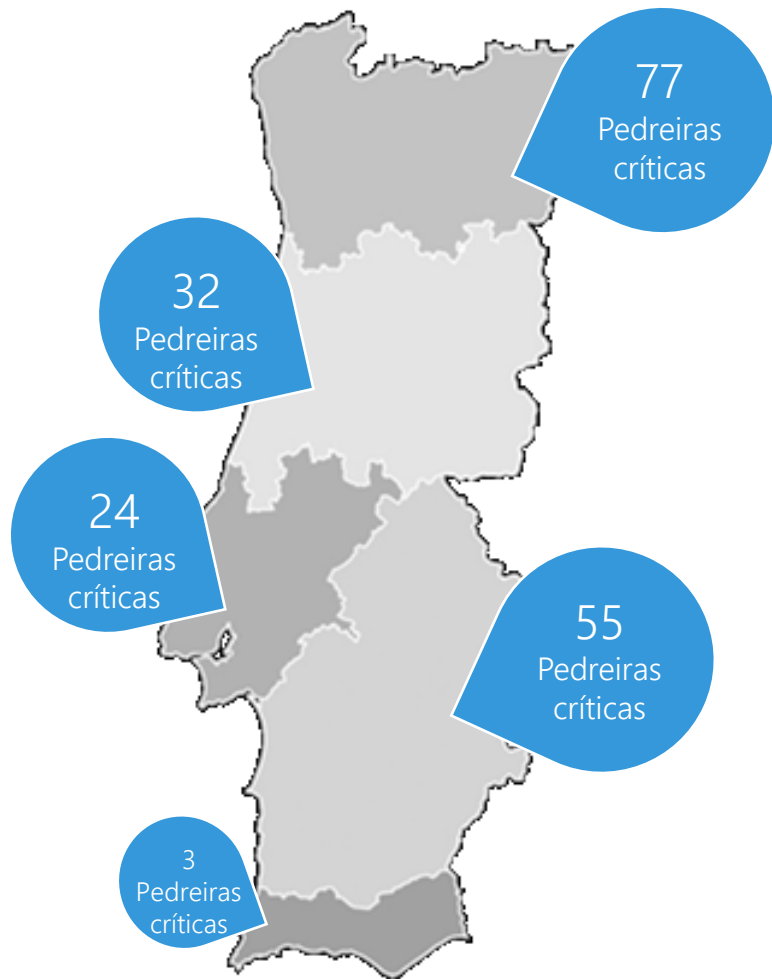
Constatámos a inexistência de informação sistematizada para:

- as pedreiras de classe 3 e 4;
- as antigas explorações que cessaram a sua atividade há mais de 40 anos, em data anterior a qualquer obrigação de licenciamento;
- as explorações ilegais.

Este Plano de Intervenção incide apenas nas pedreiras de classe 1 e 2, cujo total é de 1.426 e pretende definir as intervenções prioritárias nas pedreiras em situação crítica.



O QUE FIZEMOS?

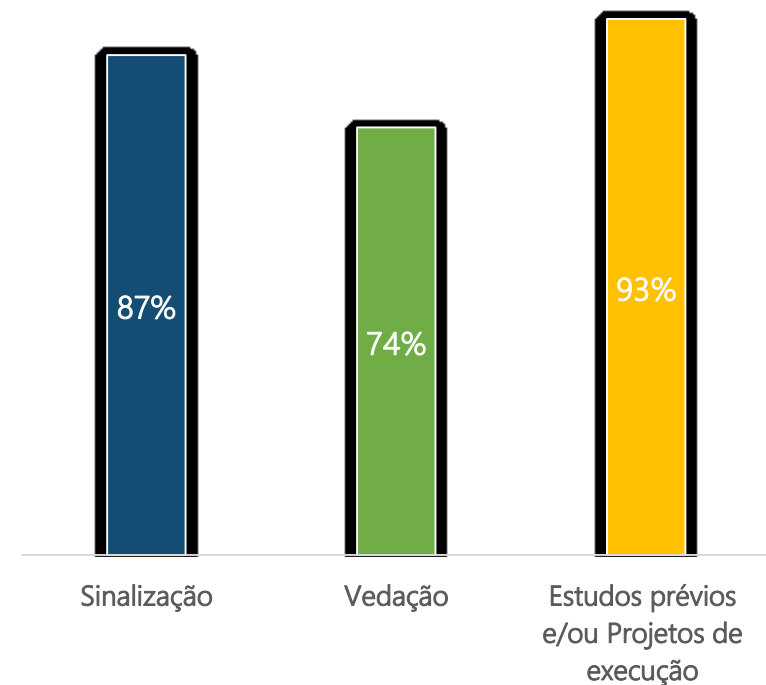


- Identificação das pedreiras que comportem **situações críticas para pessoas e bens e para o ambiente** (externos à atividade da pedreira);
- Realização de **191 visitas técnicas**;
- Definição dos **fatores de criticidade** e as respetivas **medidas preventivas**;
- **Priorização** das pedreiras em situação crítica;
- **Estimativa de custos**.

Das 1.426 pedreiras de classes 1 e 2, **191 (13%) têm situações críticas identificadas**. As regiões do **Norte** e do **Alentejo** são aquelas que apresentam um maior número de pedreiras em situação crítica.

O QUE É PRECISO FAZER?

- Sinalizar;
- Vedar pedreiras (ou outros, por exemplo lagoas);
- Realizar intervenções de carácter estrutural;
- Repor zonas de defesa;
- Estabilizar escombreyras.



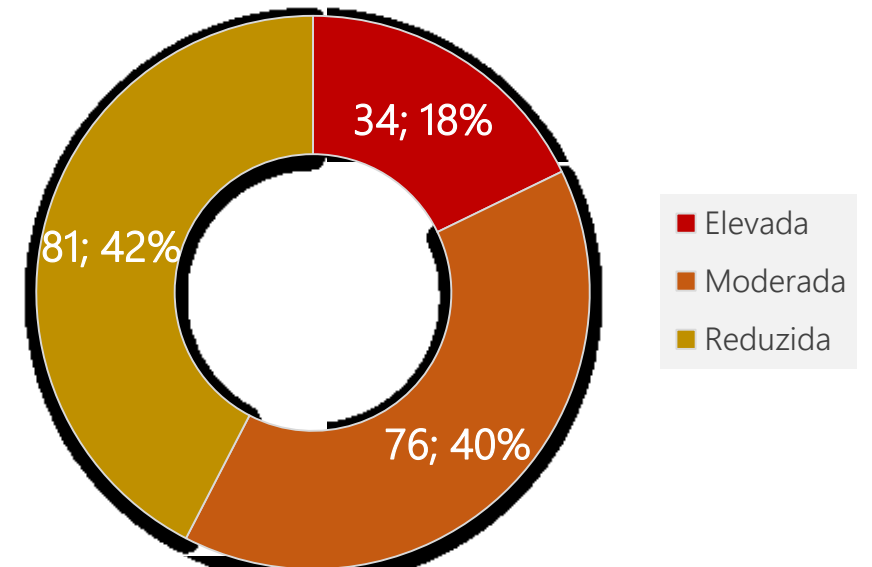
Das 191 pedreiras em situação crítica, 87% necessitam de sinalização, 74% necessitam de vedação e 93% necessitam de estudos prévios e/ou projetos de execução que possibilitem a identificação de soluções técnicas adequadas que garantam a realização de intervenções de carácter estrutural, a reposição de zonas de defesa e a estabilização de escombreyras.

QUANTO CUSTA?

A estimativa para a globalidade das intervenções é de 14,3 milhões de euros.

	Prioridade «Elevada»	Prioridade «Moderada»	Prioridade «Reduzida»	Total
Sinalização	0,03 M€	0,06 M€	0,06 M€	0,15 M€
Vedação	1,8 M€	4,7 M€	4 M€	10,5 M€
Estudos prévios e/ou projetos de execução	0,6 M€	1,5 M€	1,6 M€	3,7 M€
Total	2,4 M€	6,2 M€	5,7 M€	14,3 M€

Para as 191 pedreiras em situação crítica, definiu-se o nível de intervenção, sendo que existem 34 pedreiras com prioridade «elevada», 76 com prioridade «moderada» e 81 com prioridade «reduzida».



AÇÕES NO IMEDIATO

- Todos os exploradores e/ou proprietários dos terrenos serão notificados, através da DGEG, para que estes assumam as suas responsabilidades e obrigações;
- A EDM, S.A., irá assegurar, desde já, a aquisição e a colocação da sinalização nas pedreiras em situação crítica com esta necessidade identificada, o que representa um custo de 150.000 €. Esta ação será desenvolvida em articulação com as Câmaras Municipais competentes e demais entidades;
- A estimativa para a globalidade das intervenções, a custas dos exploradores e/ou proprietários dos terrenos, é de 14,2 M€:
 - 10,5 M€ para vedações;
 - 3,7 M€ para a realização de estudos prévios e/ou projetos de execução.
- O Fundo Ambiental assegurará uma verba de 2 M€/ano para que a EDM intervenha em caso de incumprimento dos proprietários, sendo desencadeado o processo judicial tendente ao ressarcimento das verbas utilizadas.

AÇÕES DE CURTO E MÉDIO PRAZO

1. Alargamento do âmbito do Plano de Intervenção às pedreiras de classe 3 e 4, da esfera de competências da administração pública local, bem como às antigas explorações que cessaram a sua atividade há mais de 40 anos, em data anterior a qualquer obrigação de licenciamento, e às potenciais explorações ilegais;
2. Criação de uma plataforma única de informação, gerida pela DGEG e com acesso pelas demais entidades competentes.
3. Avaliação da adequabilidade da utilização de imagens remotas (satélite e/ou *drone*) que contribuam para agilizar os procedimentos de verificação do cumprimento das condições de licenciamento;
4. Revisão da legislação;
5. Reforço dos recursos humanos das entidades públicas intervenientes no processo de licenciamento e/ou de fiscalização de pedreiras.



FUNDO AMBIENTAL

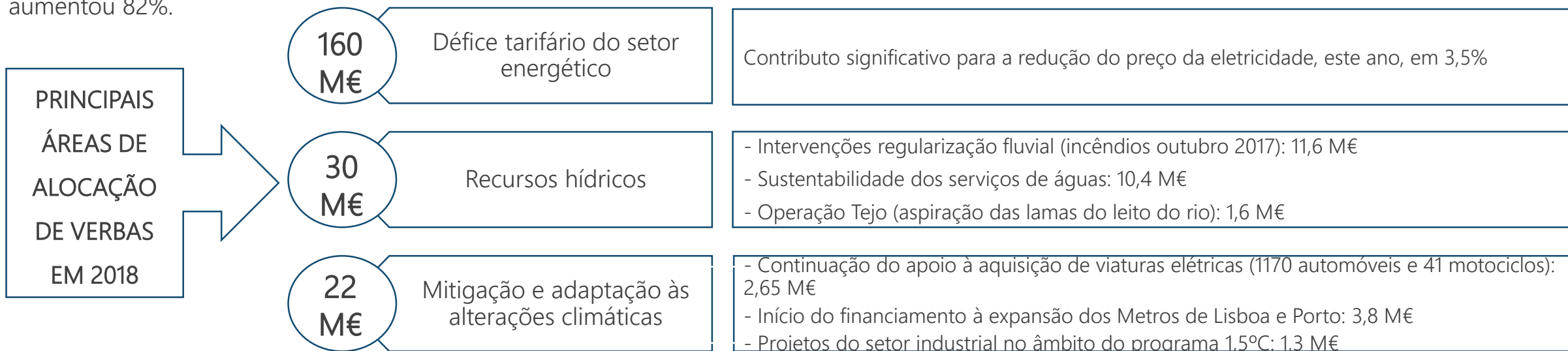


REPÚBLICA
PORTUGUESA

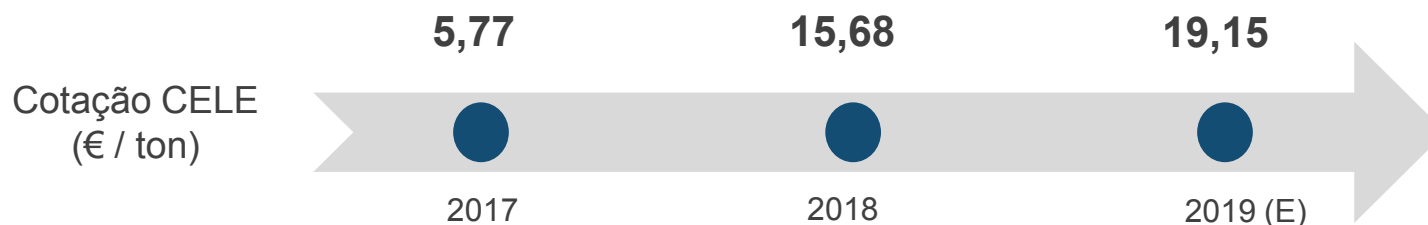
AMBIENTE E DA
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

FUNDO AMBIENTAL - O ANO DE 2018

O Fundo Ambiental, principal instrumento financeiro da política do ambiente, **aplicou 247 M€ em 2018**, o valor mais elevado de sempre. Face a 2017 aumentou 82%.

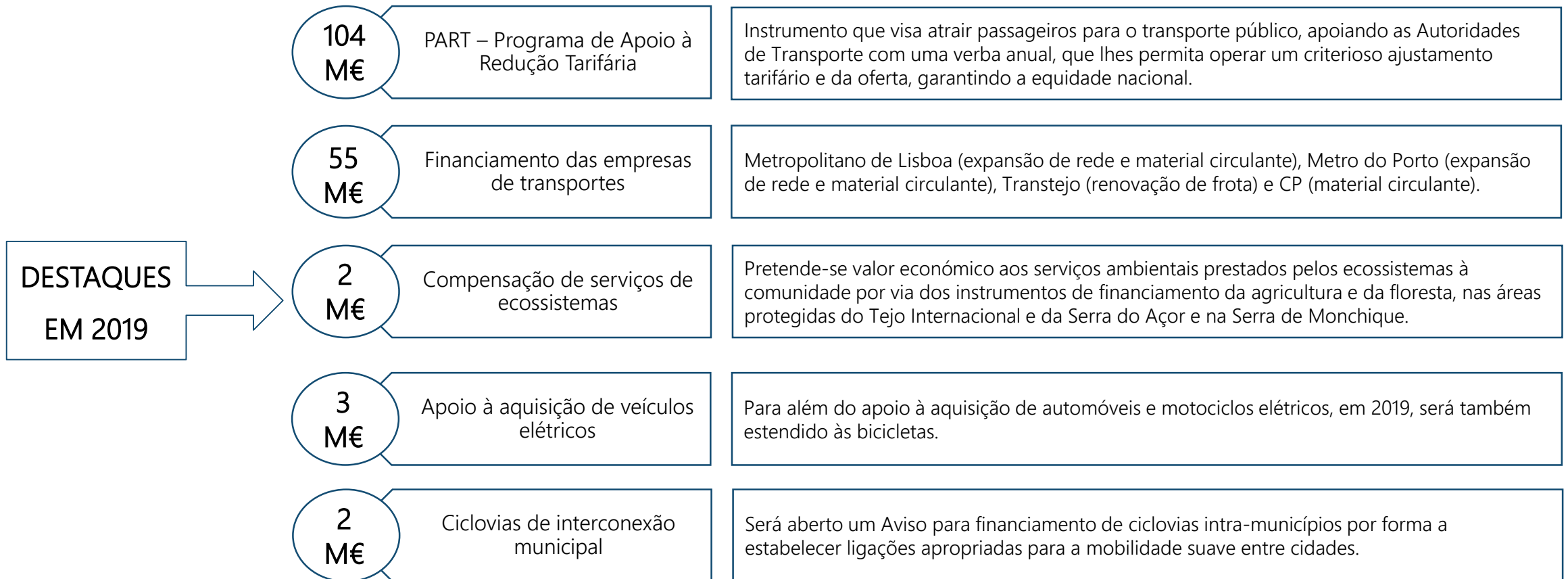


Em termos de receitas, o Fundo Ambiental **arrecadou 314 M€**, mais do dobro do ano anterior, o que se deve principalmente ao aumento das receitas geradas pelos leilões das licenças de emissão de carbono transacionadas no mercado CELE.



FUNDO AMBIENTAL - O ANO DE 2019

O Fundo Ambiental prevê no seu orçamento para 2019 aplicar em despesa **408 M€**, o que representa um aumento de 65% face ao ano anterior.





AUDIÇÃO | 11.^a COMISSÃO
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

22 DE JANEIRO DE 2019



REPÚBLICA
PORTUGUESA

AMBIENTE E DA
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA